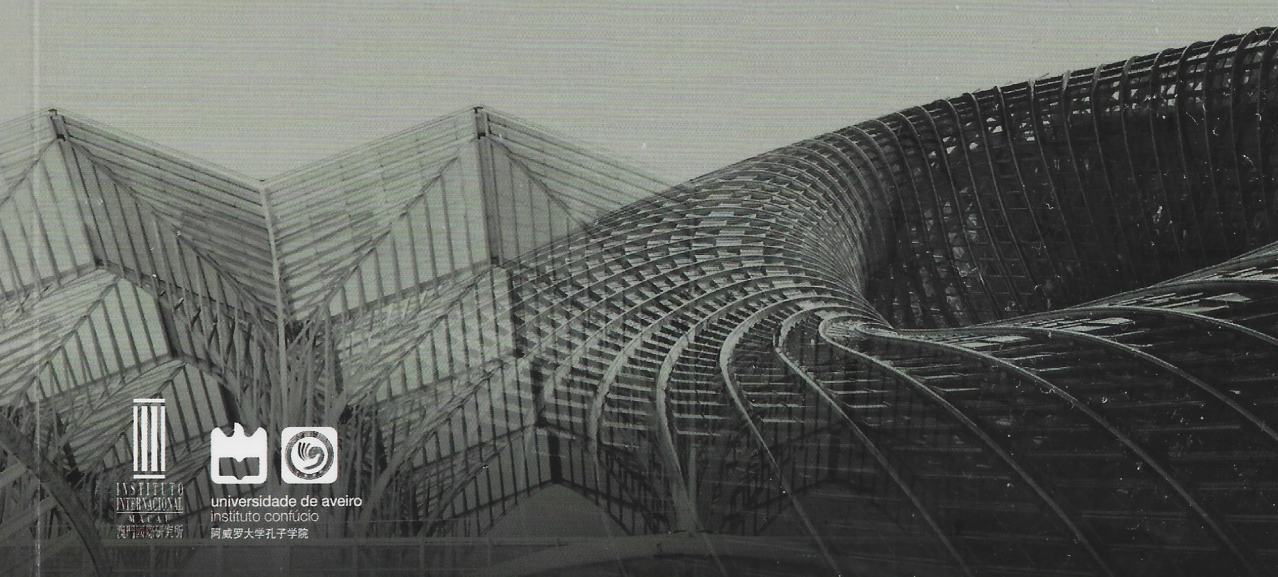
Diálogos Interculturais Portugal-China 2

Vol. II
Literaturas, artes e línguas em diálogo

文学、艺术与语言对话
下册

葡萄牙·中国跨文化对话
第二辑

editores 主编
Carlos Morais
Guo Zhiyan
Jorge A. H. Rangel
António Manuel Ferreira
Maria Fernanda Brasete
Ran Mai
Rosa Lídia Coimbra



universidade de aveiro
instituto confúcio
阿威罗大学孔子学院

FICHA TÉCNICA 图书数据

TÍTULO 书名
Diálogos Interculturais Portugal-China 2
Vol. II: Literaturas, artes e línguas em diálogo
葡萄牙-中国跨文化对话（第二辑）
文学、艺术与语言对话
下册

EDITORES 主编
Carlos Morais
Guo Zhiyan
Jorge A. H. Rangel
António Manuel Ferreira
Maria Fernanda Brasete
Ran Mai
Rosa Lídia Coimbra

CAPA 封面设计
Nuno Dias

AUTOR DO CARIMBO 印章篆刻
Lihui Guo

PAGINAÇÃO 排版
carlosgoncalves.net

CONCEÇÃO GRÁFICA 版面设计
Década das Palavras

IMPRESSÃO/ACABAMENTO 印刷
Clássica, Artes Gráficas

EDIÇÃO 出版社
Instituto Internacional de Macau (IIM)
Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA)

1.ª EDIÇÃO 第1版
Macau, outubro de 2021

TIRAGEM 印数
300 exemplares

DEPÓSITO LEGAL 法定送存
488635/21

ISBN
978-99965-59-65-5

© Instituto Internacional de Macau (IIM)
Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA)
Autores dos estudos

De Marselha a Pequim. Sobre a viagem do Conde de Arnoso à China
从马赛到北京：阿诺索伯爵之旅 69
Sérgio Guimarães de Sousa

Entre José Marinho e Teixeira de Pascoaes: "o laço de harmonia do Oriente e do Ocidente"
若泽·马利涅与特西拉·德·帕斯库阿伊斯之比较：东西方和谐的纽带 81
Renato Epifânio

"Caminho de flores e de memórias": viagem e ressurreição na poesia de Carlos Morais José
鲜花与回忆之路：卡洛斯·莫拉伊斯·若泽诗歌中的旅途与重生 87
Sara Augusto

400 anos de história: *a Cidade do Fim* de Miguel Real
400年历史：米格尔·雷亚尔的《尽头之城》 103
Maria do Carmo Mendes

Pássaros de Ferro
铁鸟 111
Maria Helena do Carmo

...o sol, logo em nascendo, vê primeiro, de Carlos André: a transcensão de "Pierre Ménard, autor do Quixote"
卡洛斯·安德烈"初升之日发出的第一道光"：对《吉诃德》作者皮埃尔·梅纳尔德的超越 129
Vera Borges

Os macaenses: identidade, cultura, língua e literatura em tradução
澳门土生葡人：翻译中的族群意识、文化、语言与文学 145
Linda Rika Hioki Naito

Contextos periféricos de criação literária em língua portuguesa: o caso de Macau
葡萄牙语文学创作的外围背景：澳门案例研究 157
Micaela Ramon

CONTEXTOS PERIFÉRICOS DE CRIAÇÃO LITERÁRIA EM LÍNGUA PORTUGUESA: O CASO DE MACAU

葡萄牙语文学创作的外围背景：澳门案例研究

Micaela Ramon
ILCH/CEHUM
Universidade do Minho

Introdução

A língua portuguesa, atualmente língua oficial de nove países e de uma região administrativa especial, é, nas palavras de Augusto Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, "um dos bens culturais e políticos mais importantes do nosso tempo" (Reto, Machado & Esperança, 2016, p. 8). Como instrumento político, é simultaneamente um elemento que está na base da construção de identidades, pessoais e nacionais, e um fator de afirmação internacional, no quadro das relações dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre si, e de todos estes com o resto do mundo. Já como bem cultural, é importante salientar que se trata de uma língua utilizada por uma comunidade de mais de 260 milhões de falantes que a usam como veículo de expressão pessoal, de organização do pensamento, de apropriação verbal da realidade circundante e de recriação ou transformação dessa mesma realidade (ou das formas que ela pode adquirir) por meio da criação artística.

Nesta última aceção, trata-se, de facto, de um idioma usado por criadores literários das mais diversas latitudes para darem expressão ao seu ímpeto criativo através da arte da palavra. Desta forma se vêm constituindo as designadas

"literaturas lusófonas", cujo mínimo denominador comum consiste precisamente no facto de serem escritas em português. Porém, o peso e o reconhecimento atribuídos a estas literaturas estão longe de ser equitativos, considerem-se seja os círculos culturais lusófonos, seja os não lusófonos. Tal desigualdade de valorização e visibilidade resulta de processos de seleção e escolha realizados pelas mais diversificadas instâncias de legitimação que, ao longo do tempo, têm vindo a dar forma ao "cânone lusófono", conceito que, de há uns anos a esta parte, tem merecido atenção crescente por parte de quantos se interessam por este tipo de problemáticas.

O conceito de cânone lusófono

Comecemos, pois, por alinhar algumas reflexões sobre as noções de "lusofonia" e de "cânone literário", especificando, a partir da conjugação de ambas, o que se entende por "cânone lusófono".

O termo "lusofonia" reveste-se de múltiplos significados, assumindo não raro conotações antagónicas que espoletam reações críticas expressas com veemência e paixão. De facto, em relação ao vocábulo "lusofonia" e à realidade que através dele se procura expressar, é possível rastrear posições lusófilas, mas também outras profundamente lusófobas.

Os detratores do termo veem-no com muita suspeição associando-o a um projeto neocolonialista que pretenderia superar o trauma da perda material das possessões coloniais por meio da imposição da supremacia dos valores imateriais da língua do antigo colonizador e dos referentes culturais que através dessa língua são veiculados. Um partidário desta perspetiva lusófoba é, por exemplo, Alfredo Margarido para quem o discurso construído em torno da ideia de "lusofonia" mais não faz do que "procurar dissimular, não [...] eliminar, os traços brutais do passado" (Margarido, 2000, p. 76). Sustenta o autor que "o que se procura de facto é recuperar pelo menos a sua fracção da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial, embora tendo renunciado à veemência ou à violência de qualquer discurso colonial, pretende manter-se o colonialismo, fingindo abolir o colonialista, graças à maneira como o colonizado é convidado a alienar a sua própria autonomia para servir os interesses portugueses" (idem, ibidem).

Mais recentemente, também Carlos Alberto Faraco expressou grande ceticismo em relação ao conceito de "lusofonia", ao qual dedica um extenso capí-

tulo da sua *História Sociopolítica da Língua Portuguesa*, publicada em 2016. Afetado por um preconceito comum a outros autores igualmente desfavoráveis ao vocábulo e ao universo que ele evoca, Faraco defende que se trata de um termo cunhado por portugueses para servir os interesses de Portugal, que "não consegue [...] alcançar ressonâncias nos demais países de língua oficial portuguesa", sendo "praticamente inexistente no Brasil" e "visto com grandes desconfianças nos países africanos" (Faraco, 2016, p. 315). Dentre os argumentos apresentados para justificar a pretensa inoperância e inadequação do termo, ressalta a acusação de se tratar de uma tentativa de fazer face à "nostalgia do império perdido", funcionando como "uma vingança sobre o fenómeno conhecido por descolonização" (Faraco, 2016, p. 320), parecendo o linguista brasileiro querer ignorar que o legado da língua não foi uma imposição do antigo colonizador, mas antes fruto de uma escolha livre e autónoma por parte dos povos autodeterminados.

Num plano oposto, alinham-se os que definem a "lusofonia" como um espaço geolinguístico construído em torno de uma língua comum, no conjunto da sua unidade e variedades. É este o ponto de vista que parece ser partilhado por Eduardo Lourenço quando escreve que "a lusofonia não é nenhum reino mesmo encartadamente folclórico. É só – e não é pouco, nem simples – aquela esfera de comunhão e de compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela vincula. Nesse sentido, é um continente imaterial disperso por vários continentes onde a língua dos cancioneiros de Fernão Lopes, de Gil Vicente, de Bernardino, de Pêro Vaz de Caminha, de João de Barros, de Camões se perpetuou essencialmente a mesma para lhe chamarmos ainda portuguesa e outra na modelação que o contacto com novas áreas linguísticas lhe imprimiu ao longo dos séculos" (Lourenço *in* Cristóvão, 2008, p. 29).

Perspetiva idêntica é adotada por Fernando Cristóvão que assume uma posição claramente lusófila, justificando-a a partir da "teoria dos três círculos concêntricos", a qual tem por modelo a proposta de Braj Kachru para a realidade do inglês, mas que se pode aplicar igualmente ao português, idioma que é pertença de uma vasta comunidade no seio da qual assume estatutos diferentes. Assim, o primeiro desses círculos ("*inner circle*") seria constituído pelos países que têm o português como língua materna e língua oficial da maioria dos seus habitantes (Brasil e Portugal), o segundo ("*outer circle*") por aqueles em que este

goza de um estatuto de oficialidade, embora coexista com várias outras línguas nacionais (caso dos restantes países da CPLP), e o terceiro ("*expanding circle*") englobaria todos os falantes que têm o idioma como língua estrangeira, ou seja, as "instituições, pessoas e grupos alheios aos países lusófonos, mas que mantêm com a nossa língua comum, e com as culturas e literaturas lusófonas um diálogo de erudição, de amizade, de simpatia, de interesses vários" (Cristóvão, 2008, p. 37). Entre estes círculos não se estabelecem relações de subordinação ou dominação, mas antes de complementaridade e extensão.

É este também o entendimento que temos de "lusofonia", isto é, encarámo-la de uma perspetiva otimista como a possibilidade de partilha de uma riqueza comum – a língua portuguesa – que continuamente mostra o seu dinamismo através da apropriação que dela fazem todos aqueles que a usam, seja na comunicação do dia a dia, seja em contextos outros como o administrativo, o académico, o científico ou o estético.

Relativamente ao lexema "cânone", o termo surge desde a sua origem associado às noções de seleção ou de escolha, primeiramente aplicadas à lista dos livros sagrados reconhecidos pela igreja como verdadeiros transmissores da palavra de Deus. A partir do Renascimento, com a progressiva secularização da cultura, o termo e o conceito estenderam-se ao domínio da literatura, deixando o âmbito restrito dos textos religiosos e passando a aplicar-se a textos profanos também. Desse período em diante, o conceito de "cânone" associa-se ao conceito de "clássico", ou seja, de autor modelar porque entendido como expoente máximo de uma cultura e veículo de transmissão do ideal estético e ético da civilização de que emerge. O "cânone literário" é, assim, o conjunto das obras e dos autores social e institucionalmente considerados "grandes", "geniais", "perenes", comunicando valores humanos essenciais e por isso dignos de serem estudados e transmitidos de geração em geração.

Como refere Aguiar e Silva (2010, p. 243), a identificação e a seleção de tais obras e de tais autores têm sempre implícitas uma visão simultaneamente valorativa e normativa do "cânone". Por um lado, a escolha das obras e dos autores considerados modelares define o centro e a periferia de uma dada cultura linguística e literária. Assim, os autores do centro detêm uma autoridade que advém do valor que lhes é reconhecido pela comunidade, enquanto aos autores da periferia é atribuído um papel subalterno que decorre precisamente da sua *ex-centricidade*, isto é, do seu grau maior ou menor de afastamento do centro. Por outro lado, os autores do centro impõem-se como norma, espe-

lhando não raramente uma visão etnocêntrica do "cânone", embora possam igualmente incentivar percursos que vão do nacionalismo ao cosmopolitismo, proporcionando um interessante diálogo interliterário, intercultural e mesmo interlinguístico.

Quando aplicadas ao contexto lusófono, as considerações que acabámos de fazer em torno da noção de "cânone" adquirem contornos próprios decorrentes das dinâmicas históricas de relacionamento entre Portugal e os países de língua portuguesa. Ao falar-se de "cânone lusófono" está-se automaticamente a remeter para um acervo de produções literárias cujo denominador comum é precisamente a língua em que são escritas. Fernando Cristóvão justifica a operatividade do conceito de "cânone lusófono" pela "existência de vários países de diversificadas culturas e situados em diversos continentes, organizados em comunidades até com alguma estruturação política, agrupada pelo uso oficial de uma língua comum, o português" (Cristóvão *in* Martins, 2015, p. 246).

Numa perspetiva histórica e diacrónica, a literatura portuguesa ocupa o lugar do centro, não só por prerrogativas de antiguidade, mas também porque é aquela a partir da qual, ao longo dos séculos, se foram constituindo e afirmando as restantes. No processo de emancipação das literaturas escritas em português, a literatura brasileira foi a primeira a destacar-se, constituindo-se a experiência linguístico-cultural do Brasil como um modelo fundador das demais autonomizações literárias em relação à literatura portuguesa. Paulatinamente, também as nações africanas lusofalantes foram produzindo as suas literaturas, maioritariamente na língua do ex-colonizador, ainda que existam outras manifestações literárias, sobretudo orais, mas também, em alguns contextos, escritas em diversas línguas autóctones. Estas literaturas vêm-se confirmando como matriz definidora das diversas identidades nacionais dos países africanos que assim se reconhecem não apenas lusófonos mas igualmente lusógrafos[1]. Das literaturas africanas de língua portuguesa, sobretudo da angolana, da

[1] O termo "lusografia" constitui uma das entradas do *Dicionário Temático da Lusofonia*, dirigido e coordenado por Fernando Cristóvão. Trata-se de "um neologismo híbrido [...] primo da Lusofonia" que remete para "o espaço escrito da língua portuguesa. Escrito, ou seja, não falado como o de Lusofonia, ao qual não se opõe, mas do qual se distingue". Compreende um património que abarca "milhões de textos, um sem-número de palavras, escritos em língua portuguesa desde a noite dos tempos". Num sentido lato, engloba o conjunto de "textos legislativos, administrativos, [de] imprensa, [da] escola, [...] [da] vida religiosa"; em sentido restrito, aplica-se à produção literária dos autores que escrevem em português, sobressaindo aqueles que, sendo oriundos de espaços geolinguísticos multilingues, escolhem

cabo-verdiana e da moçambicana, têm emergido autores que, numa importante dinâmica de redefinições diatópicas, se vêm afastando da periferia do sistema literário lusófono para partilharem o lugar do centro antes ocupado, como se disse, apenas pelas literaturas portuguesa e brasileira.

Porém, quando se desloca o foco da atenção para o continente asiático e se pretende considerar os casos dos dois contextos em que o português aí mantém o estatuto de língua oficial – ou seja, Timor-Leste e Macau –, a situação altera-se, revestindo-se de particularidades muito próprias. No mapa cultural dos países lusófonos, Timor constitui um caso à parte, vendo-se a sua literatura relegada para uma posição bastante subalternizada, até porque a jovem nação timorense não parece ter encontrado ainda a disponibilidade de vontades e de recursos necessária para a definição e o desenvolvimento de políticas culturais estruturadas e consistentes. Deste modo, pese embora a existência de manifestações literárias, quer orais quer escritas, surgidas tanto durante o período colonial, como após a independência, estas permanecem quase desconhecidas não só para muitos dos que fazem parte dessa vasta comunidade histórica, linguística, política e cultural designada por CPLP, como também para grande parte dos próprios cidadãos timorenses, entre os quais prevalecem níveis elevados de baixa escolarização ou mesmo de iliteracia.

Em relação a Macau, a outra região oficialmente lusófona no contexto geopolítico asiático, a realidade não se apresenta comparável, sendo-o apenas no que diz respeito ao generalizado grau de desconhecimento, fora dos círculos especializados, daquilo a que se pode chamar literatura macaense de língua portuguesa que leva a que, sistematicamente, tal literatura seja ignorada quando se trata de mapear as obras e os autores do "cânone lusófono"[2]. Toda-

"para a sua produção literária o português, com uma diversidade, um enriquecimento que, umas vezes é compensador, outras perturbador" (Cristóvão, 2007, pp. 656-657).

[2] Refira-se, a este propósito, que o *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, no capítulo intitulado "Língua como património comum. Unidade e Diversidade", oferece ao leitor "uma amostra, embora ínfima e subjetiva, de exemplos de apropriação da língua por prosadores e poetas dos vários países de língua portuguesa" (Reto, Machado & Esperança, 2016, p. 173) sem fazer qualquer referência a Macau. É certo que tal ausência se pode justificar pelo facto de se tratar de uma Região Administrativa Especial (RAEM) e não de um país soberano. Ainda assim, não deixa de ser significativo que esta ausência não mereça aos autores pelo menos uma nota explicativa, tanto mais que se assumem como objetivos da obra "inventariar a informação referente a todos os países que constituem a nossa comunidade linguística" e "apresentar [...] a força global da língua portuguesa e do potencial económico e cultural dos países que a consideram seu património comum" (Reto, Machado & Espe-

via, é atualmente reconhecida a existência de um robusto sistema cultural em Macau de que o subsistema literário é uma manifestação não negligenciável.

O contributo da literatura de Macau para o cânone lusófono

Com o desembarque dos portugueses em Macau, no século XVI, em pleno período dos Descobrimentos, iniciou-se uma era de contactos luso-chineses que, em termos de produção literária, deu origem a uma "multiplicidade de obras, concebidas em circunstâncias diversas, fortemente determinadas pelas vivências dos autores, e apresentando perspetivas distintas" (Cavaco & Sequeira *in* Morais *et alii,* 2018, p. 137). Entre tais obras encontram-se aquelas que, no seu conjunto, constituem a literatura de Macau.

Adotamos uma formulação determinativa em detrimento do recurso ao adjetivo "macaense" porque consideramos não só textos escritos por autores macaenses[3], como também textos versando sobre temática local ou ambientados em cenário de Macau. Cumulativamente circunscrevemos as nossas observações aos textos produzidos e divulgados em língua portuguesa. Nesta decisão acompanhamos José Carlos Seabra Pereira a quem se deve uma preciosa obra de ensaio ao longo de cujas mais de quinhentas páginas se percorre um eixo temporal que vai desde os Quinhentistas Luís de Camões e Fernão Mendes Pinto aos atualíssimos poetas e narradores que, neste século XXI, dão continuidade à tradição literária em língua portuguesa nesse longínquo território ancorado na foz do rio das Pérolas.

Seabra Pereira evoca Pierre Bourdieu para definir como sendo *de Macau* "uma literatura gerada e promovida em Macau, quase sempre aí editada e

---

rança, 2016, pp. 33-34), não deixando os autores de se referirem à RAEM noutros capítulos da obra.

[3] O termo "macaense" designa os "filhos da terra", isto é, os descendentes euroasiáticos de famílias portuguesas enraizadas em Macau, produto da miscigenação de chineses com portugueses, os quais constituem uma síntese das relações interculturais entre o oriente e o ocidente. Porém, é possível encontrar outras aceções para o adjetivo, fruto de uma evolução semântica que parece acompanhar também as próprias mutações socioculturais que se verificam com a passar dos tempos. No *Dicionário Temático da Lusofonia* diz-se que o vocábulo "designou primeiro os euroasiáticos de sangue português, estendeu-se aos chineses com instrução e cultura portuguesas, e apresenta-se agora como conceito multicultural englobante de todos os nativos e habitantes, o que tende a acentuar Macau como experiência da diferença" (Cristóvão, 2007, p. 667).

apreciada criticamente, e aí tendendo a constituir o seu próprio cânone (dialeticamente fruto e penhor da sua singularidade)" (Pereira, 2015, p. 7). Acrescenta o ensaísta que a classificação de uma dada obra literária como sendo *de Macau* "não decorre necessariamente do nascimento do escritor em Macau [...] nem da eleição de temática peculiarmente macaense [...]" (Pereira, 2015, p. 9). Embora também comporte tais casos, essa literatura define-se antes enquanto "criação estético-literária de autores que em Macau se descobrem ou afirmam escritores em língua portuguesa" (idem, ibidem).

Na verdade, falar da literatura de Macau implica considerar um espaço territorial que, embora diminuto em termos meramente geográficos, apresenta uma riquíssima diversidade de formas de viver, falar e pensar, de que a criação literária se faz eco. Por isso, definir e caracterizar a literatura de Macau revela-se uma tarefa desafiante "visto que se trata de um fenómeno complexo quer pelas suas tradições poéticas, quer pelas línguas em que se expressa, quer ainda pela origem dos escritores" (Cristóvão, 2007, p. 667).

Procurar encontrar elementos para rastrear a atividade literária em Macau implica reconhecer a fragilidade que a caracterizou durante largo tempo da presença portuguesa no território. Apesar do empenho colocado na manutenção dessa presença e no desenvolvimento da própria cidade, a comunidade portuguesa confrontou-se sempre com a consciência da sua fragilidade diante do gigante chinês, decorrente quer da gritante inferioridade numérica, quer da distância da colónia em relação à metrópole. Segundo Maria Barras Romana, "até cerca da década de oitenta do século passado não existiam instituições integradoras da vida literária nem sequer se pode considerar a existência dessa vida na medida em que não existiam academias, escolas de estudos superiores, enfim, instituições e agentes do facto literário" (Romana, 2017, p. 73).

Isso explica certamente o sentimento de "solidão" confessado por Henrique de Senna Fernandes, justamente considerado "no que respeita à ficção, o [autor] mais prolífico e também o que apresenta a obra que mais se ajusta ao cânone ou percurso lusófono" (Venâncio, 2006, p. 10). Senna Fernandes partilhava a opinião de que "em Macau nunca houve uma comunidade literária portuguesa", acrescentando que se "durante a administração portuguesa houve uma atividade editorial mais intensa", tal não justificava a existência de uma literatura macaense, em todo o caso "escassa e pouco conhecida fora da própria comunidade" (Romana, 2017, pp. 76-77).

Pese embora a lamentada e lamentável invisibilidade da produção literária associada a esta pequena comunidade lusófona ancorada no longínquo oriente, a verdade é que não se pode ignorar a existência de textos, sobretudo narrativos e líricos, que, desde os primeiros contactos dos portugueses com o território, dão testemunho de vivências, perceções e apreciações através das quais os seus autores constroem uma imagem identitária, muitas vezes idealizada e simbólica, que permite situar Macau face ao mundo e aos restantes espaços lusófonos. Este afã de textualização conheceu um impulso renovado na sequência do processo de restituição do território macaense à China, não sendo descabido considerar que a escrita literária se afirmou como uma "forma de fazer perdurar o lugar/emoção, a Mátria, o reforço de um traço identitário que, tal como o renascer do pátoà, a partir de 1994, se deveu à emergência da distinção da comunidade como única, num momento em que o quadro político-administrativo obrigava os seus membros a tomar consciência da perda" (Romana, 2017, p. 78).

Tendo em conta o cenário esquiçado, e numa tentativa de sistematização do contributo dado pela literatura de Macau para a constituição de um cânone lusófono, é possível, pois, propor uma tipologia para os autores de língua portuguesa que dela fazem parte, agrupando-os em cinco categorias que expandem a sugestão feita por Paulo Jorge Cavaco e Rosa Maria Sequeira a propósito do universo mais vasto das produções luso-chinesas. Segundo a proposta que aqui apresentamos, tal tipologia compreende 1) autores não contemporâneos de relatos de viagens, de que seria magno exemplo Fernão Mendes Pinto; 2) autores portugueses com estadias mais ou menos longas em Macau (de Camões e Bocage a Camilo Pessanha, Wenceslau de Moraes ou Maria Ondina Braga); 3) autores portugueses que, mesmo sem terem necessariamente conhecimento de experiência feito da realidade macaense, produzem obras que contêm referências a Macau, nomeadamente ambientando aí as intrigas das suas ficções, dentre os quais se podem citar Agustina Bessa Luís, Altino do Tojal, João Aguiar ou Miguel Real; 4) autores luso-macaenses ou produtores de literatura macaense em português, como Henrique Senna Fernandes, Deolinda da Conceição ou Rui Rocha; e 5) autores chineses que escrevem em português, como James Li ou Yao Feng.

Trata-se certamente de um conjunto heterogéneo que reúne autores e obras com desigual valor intrínseco e patrimonial. Todavia, pensamos que a sua identificação e categorização podem constituir um princípio metodológico a partir do qual se desenvolvam outros estudos tendentes a identificar os escritores e

os textos que melhor se imponham como representativos da comunidade etno-cultural em causa, contribuindo para "preservar, organizar e ordenar a sua memória, o seu passado e a sua herança linguístico-literária" (Aguiar e Silva, 2010, p. 243), ou seja, o seu cânone.

Considerações finais

Não sendo nosso propósito por agora determo-nos no comentário e análise detalhados de casos concretos, queríamos ainda assim assinalar que, da consideração das obras da designada literatura de Macau, quer as enquadremos no seu devir diacrónico, quer as consideremos sincronicamente, emergem visões muito distintas sobre a região, os seus povos, os seus usos e costumes, num retrato que põe em relevo a dimensão multicultural do território onde chineses e portugueses convivem há mais de cinco séculos, estabelecendo diálogos interculturais entre oriente e ocidente.

A literatura de Macau faz-se eco das experiências vivenciais, coletivas ou singulares, dos seus autores, os quais dão forte contributo para que a língua portuguesa continue a enriquecer-se pelo contacto com outras literaturas e outras oralidades.

Por este e por muitos outros motivos, a literatura de Macau pode ser frequentemente colocada nas margens da criação literária em língua portuguesa, não figurando no cânone lusófono "de acordo com os meios de reconhecimento, legitimação e valorização do seu funcionamento institucional" (Pereira, 2015, p. 9). Porém, serão sempre do interesse de todos, mormente dos membros da comunidade lusófona, as ações desenvolvidas em prol da sua divulgação e promoção, pois só com a inclusão de obras e de autores oriundos de todos os quadrantes do espaço da lusofonia se poderá garantir uma efetiva representatividade das variedades do português, assegurando-lhe assim a manutenção do estatuto de língua pluricontinental, veículo de expressão de um multiculturalismo a todos os níveis desejável e salutar.

Referências bibliográficas

Aguiar e Silva, V. (2010). *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

Cavaco, P. J. T. & Sequeira, R. M. (2018). O Conto dos Chineses de Cardoso Pires: Imigrantes Chineses na Literatura Portuguesa. *in* C. Morais *et alii* (coord.). *Diálogos Interculturais Portugal-China 1* (pp.137-147). Aveiro: UA Editora.

Cristóvão, F. *et alii* (dir. e coord.) (2007). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.

Cristóvão, F. (dir. e coord.) (2012). *Ensaios Lusófonos*. Coimbra: Almedina.

Faraco, C. A. (2016). *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editora.

Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Ed. Universidades Lusófonas.

Martins, M. L. (coord.) (2015). *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade.

Pereira, J. C. S. (2015). *O Delta Literário de Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau.

Reto, L. A., Machado, F. L. & Esperança, J. P. (2016). *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: IN-CM.

Romana, M. B. (2017). *Para uma Literatura da Identidade Macaense. Autores/Atores*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau.

Venâncio, J. C. (2006). *O Escritor do Inconformismo Macaense: Henrique de Senna Fernandes*, Working Paper, #1. Covilhã: Centro de Estudos Sociais/Universidade da Beira Interior.